

Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



2. DESENVOLVIMENTO NACIONAL

RIO DE JANEIRO, GB, 19 DE AGOSTO

NA CERIMONIA DE ENCERRAMENTO DO II CONGRESSO INTERAMERICANO DE DESEN-VOLVIMENTO E CIENCIA REGIONAL, NO COPA-CABANA PALACE-HOTEL.

A presente solenidade de encerramento do II Congresso Interamericano de Desenvolvimento e Ciência Regional oferece-me o ensejo de ressaltar a sua significação, em face do que poderíamos considerar a terceira fase da política de desnvolvimnto regional, em nosso país.

A primeira fase, anterior à criação da SUDENE, da SPVEA, da Superintendência da Fronteira Sudoeste e demais entidades federais de valorização regional, careceu de uma visão integrada dos problemas econômicos e sociais das diversas regiões brasileiras, notadamente das menos desenvolvidas. À ação federal na Amazônia e no Nordeste, por exemplo, a despeito dos resultados alcançados em diversas áreas, falecia a necessária coordenação e um diagnóstico de sua problemática econômica e social.

Foi exatamente essa coordenação e essa visão conjunta dos problemas de cada região que se procurou assegurar, através da criação de órgãos federais de desenvolvimento regional, entre os quais se destaca a SUDENE, que, por meio dos seus vários planos diretores, vem procurando vencer o desafio do Nordeste brasileiro. Não é esta, certamente a ocasião de analisar as falhas e os acertos da atividade daqueles órgãos. É irrecusável, entretanto, que, principalmente em relação ao Nordeste, foi possível conceber e executar planos de desenvolvimento capazes de modificar a tendência de deterioração da economia de regiões de renda per capita mais baixa.

Após a experiência inicial dessas entidades regionais, coube ao atual Govêrno lançar as bases de um terceiro estágio, assinalado principalmente pelo objetivo de coordenar e integrar a ação de tais órgãos. Criados em épocas diversas, com base em legislação diferente e diversamente aparelhados para o exercício de suas atribuições, cumpria analisar-lhes a estrutura e o desempenho em sua primeira etapa de atividades. Cumpria fortalecê-los e fazê-los operar dentro de diretrizes gerais objetivas e consistentes.

Parece oportuno distinguir as duas etapas em que se desdobrou o presente estágio da política de desenvolvimento regional. A primeira, sob a orientação do Ministro Extraordinário da Coordenação de Organismos Regionais, cuidou principalmente da reorganização administrativa e dinamização das entidades federais de desenvolvimento regional, procurando dar pleno cumprimento à legislação de incentivos ao setor privado, aumentar a capacidade de absorção de recursos por parte das instituições financeiras regionais, e expandir consideràvelmente o montante de recursos à sua disposição.

Na segunda etapa, em que ora nos encontramos, duas serão as preocupações principais: de um lado, procurar-se-á realizar um balanço geral da ação dos órgãos regionais, definir claramente as bases da política nacional de desenvolvimento regional e aperfeiçoar os diversos instrumentos — fiscais, creditícios, de ação direta — destinados a realizar os objetivos estabelecidos para as diversas regiões; de outro lado, realizar-se-á um esfôrço no sentido de desenvolver melhores técnicas de análise e planejamento do desenvolvimento regional, em nosso país.

Com relação ao primeiro aspecto, cabe ressaltar o papel importante que ficará confiado à ação conjunta, dentro de suas respectivas atribuições, do Ministério de Desenvolvimento Regional e do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica a serem brevemente institucionalizados, segundo proposto na reforma administrativa. Aí se coloca, também, a reformulação da política de desenvolvimento da Amazônia, já em fase final de elaboração, seja com referência aos objetivos e instrumentos de ação, seja com referência ao mecanismo institucional incumbido de sua implementação. Em nível técnico, através dos Grupos de Coordenação já

criados, dever-se-á proceder à discussão das bases da política do desenvolvimento regional e do aperfeiçoamento do sistema de incentivos a serem adotados, dentro do contexto do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social.

No tocante ao segundo aspecto — desenvolvimento de técnicas aperfeiçoadas de planejamento regional —, cumpre salientar duas iniciativas recentes, para as quais contribuíram instituições nacionais e internacionais, oficiais e particulares. Trata-se da realização do Curso de Técnicas de Planejamento Regional, em São Paulo, e dêste II Congresso Interamericano de Desenvolvimento e Ciência Regional, sob o patrocínio do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, do Ministério do Planejamento; da Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai; da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo; do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; da Associação Internacional de Ciência Regional e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Assinalo o esfôrço realizado, neste Congresso, no sentido de aliar aos aspectos metodológicos e conceituais das modernas técnicas de análise regional, a discussão de tentativas empíricas de aplicação daqueles métodos, no Brasil e em outros países americanos.

Desejo registrar com satisfação o esfôrço que se vem fazendo, da parte de órgãos de planejamento regional, em nosso país, no sentido de apreender e adaptar tais instrumentos de análise, sem prejuízo da preocupação fundamental de operacionalidade de seus programas e projetos. É inegável, todavia, que qualquer avanço substancial nesse sentido depende não apenas da repetição de cursos como o que há pouco se realizou em São Paulo, mas também, e principalmente, de reformulação e fortalecimento do nosso sistema estatístico. Dessa reformulação e aperfeiçoamento já se vem cuidando, através de Grupo de Trabalho especial, prestes a concluir sua tarefa. A êsse esfôrço dará o Govêrno todo o seu apoio, através de medidas de caráter executivo ou encaminhamento de proposições ao Legislativo, prosseguindo, assim, o ciclo de reformas institucionais básicas que se dispôs a realizar, democràticamente.

Ao encerrar o II Congresso Interamericano de Desenvolvimento Regional, desejo agradecer a colaboração da Associação de Ciência Regional, principalmente na pessoa do Professor Walter Isard e seus colaboradores, assim como a participação dos técnicos de diversos países. Sentimo-nos honrados em tê-los aqui, discutindo, com técnicos e organizações brasileiras, problemas e métodos científicos numa área cuja importância aumenta, dia a dia, no processo de desenvolvimento econômico e social do Brasil.